

Selva esconde cidade de 300 anos

Ruínas de Airão (AM), às margens do rio Negro, podem ser tombadas pelo patrimônio histórico

ANDRÉ MUGGIATTI

Da Agência Folha, em Airão (AM)

O Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão do Ministério da Cultura) analisa o tombamento das ruínas de uma cidade de 300 anos às margens do rio Negro, no meio da selva amazônica.

Airão (cerca de 300 km de Manaus-AM) foi fundada por portugueses em 1694 e está completamente abandonada desde 1985.

O tombamento significa que a cidade não pode ter alteradas suas características e deve ser preservada devido à sua importância histórica.

Existem no local restos de uma igreja, um armazém de 1900, um cemitério e vários casarões do início do século, todos em ruínas. Também há evidências de relíquias arqueológicas, como pedras e grutas com inscrições pré-históricas.

O interesse pela preservação de Airão foi despertado em 94 por um grupo formado pelo cineasta Sérgio Bernardes, o historiador Vitor Leonardi, da UnB (Universidade de Brasília), e o pesquisador George Rebelo, do Inpa (Instituto de Pesquisas da Amazônia).

Os três preparam um filme sobre os 40 anos do Inpa (que faz pesquisas na região) e incluiram as ruínas no roteiro.

Em novembro de 94, Leonardi e o historiador Geraldo Pinheiro, da UA (Universidade do Amazonas, federal), entraram com o processo de tombamento das ruínas de Airão no Iphan.

Com a exibição internacional do filme de Bernardes, a Unesco, órgão da ONU (Organização das Nações Unidas) que trata da educação e da cultura, mostrou interesse pelo projeto.

Um encontro na sede da Unesco em Brasília, no último dia 21, reuniu entidades interessadas no tombamento. Compareceram representantes da UA, da Unb, do Inpa, das organizações não-governamentais WWF (Fundo para Vida Selvagem) e Vitória Amazônica e dos ministérios de Educação e Cultura e do Meio Ambiente e



André Muggiatti/Folha Imagem

Ruínas de um prédio que foi invadido pela vegetação na cidade abandonada de Airão (AM)

Amazônia Legal.

De acordo com Leonardi, a idéia é montar no local o Memorial do Rio Negro.

As ruínas seriam mantidas intactas, por meio de um trabalho de preservação, e um dos casarões seria reconstituído integralmente, a fim de abrigar um museu.

Segundo Geraldo Pinheiro, o processo de tombamento "está no início e pode levar até 20 anos".

De acordo com o historiador, o primeiro passo é o mapeamento do local e a avaliação da idade e valor histórico dos prédios.

Pinheiro afirma que devem ainda ser tomadas medidas para evitar a destruição completa de Airão. Entre essas medidas, ele aponta a proibição da prática de tiro por navios da Marinha no local (*leia texto ao lado*).



SUL

Marinha nega tiros em ruínas

Da Agência Folha, em Airão (AM)

As instituições que organizam o movimento para tombar as ruínas de Airão pretendem pedir ao Ministério da Marinha a suspensão de exercícios de tiro no local.

"Um dos principais motivos da destruição da cidade de Airão é a prática de tiro na região", afirma Carlos Miller, diretor da organização não-governamental Vitória Amazônica. O vereador Evilásio Lucas (PMDB), de Novo Airão, e o historiador Vitor Leonardi, também apontam a Marinha como responsável pelos tiros.

A Marinha nega ter efetuado disparos na direção das ruínas.

Povoado é dos mais antigos

Da Agência Folha, em Airão (AM)

Airão é considerado o povoado mais antigo do interior da Amazônia. Foi fundado por portugueses em 1669, com o nome de Jaú. Em 1694, os moradores se mudaram para o local onde hoje estão as ruínas.

Segundo relatos da época, a mudança teria sido motivada por frequentes ataques de morcegos a crianças.

A nova aldeia passou a se chamar Santo Elias do Jaú e teve seu nome mudado para Airão pelo marquês de Pombal, no século 18.

A economia local se baseava na produção de cacau, salsa e pau-brasil, utilizando mão-de-obra escrava de índios. No final do século 19, Airão passou a ser a grande produtora de borracha. Era dominada, então, pela família Vianna, cujos nomes ainda podem ser lidos nas lápides do cemitério.

No século 20, com a queda do preço internacional da borracha, a população começou a diminuir. A política passou a ser comandada pela família Bizerra.

Com a morte do patriarca Francisco Bizerra, aos 88 anos, em 1971, a cidade entrou em decadência e os moradores a abandonaram. Foram para a vila de Tauapecaçu, que passou a se chamar Novo Airão. O último a deixar o local, em 1985, foi o pescador João Bizerra, sobrinho de Francisco.

"O velho mandava em tudo lá. Quando morreu, acabou tudo, a cidade morreu", diz o filho de Francisco, Maurício Bizerra, 56.